

Constituição dá prefeitura de presente

A UDR, a CNBB, a IBM, empresas e entidades de classe poderosas em geral que perdoem, mas é o mineiro Álvaro Antônio, 50 anos, e mais ninguém, que pode vir a comemorar a mais completa, pessoal e definitiva vitória quando a futura Constituição for promulgada. Está cada vez mais próxima a realização do sonho de Álvaro de, eleito deputado federal nas eleições do ano passado, poder vir a assumir, na condição de vice que exerce hoje, a prefeitura de Belo Horizonte.

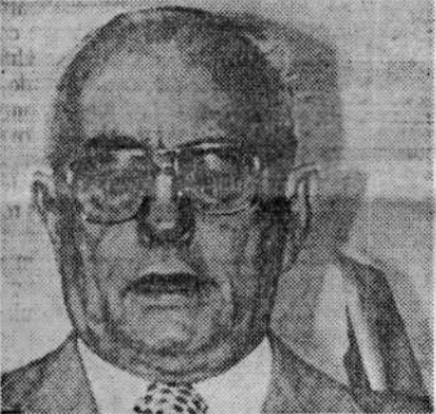
A Constituição em vigor pune com a perda de mandato o deputado federal que, eleito anteriormente vice-prefeito de qualquer município, substitua o titular do cargo em seus impedimentos. Por isso Álvaro não tem sentado na cadeira que pertence ao prefeito Sérgio Ferrara. A interdição cessará se a Constituinte ora reunida em Brasília aprovar dispositivo nesse sentido que constará do texto do substitutivo do deputado Bernardo Cabral, relator da Comissão de Sistematização.

O dispositivo, formulado unicamente para fazer Álvaro feliz, foi inspirado por ele mesmo e venceu duras provas até ganhar espaço no substitutivo ao projeto original de Constituição que Cabral arrematará até amanhã. Como proposta, foi oferecida por Álvaro na subcomissão do Poder Legislativo, na fase inicial da Constituinte. Era uma proposta curta, humilde, limitava-se a sugerir a inclusão, entre vírgulas, da expressão "eventualmente prefeito", na redação do artigo que diz que funções um deputado pode acumular.

Por considerá-la casuística, o relator da subcomissão, o deputado José Jorge, rejeitou-a no parecer que apresentou. Pacientemente, Álvaro foi a um por um dos 21 membros da subcomissão e conseguiu unanimidade para aprovação da sua proposta. Ela foi examinada, em seguida, na Comissão de Organização dos Poderes — e ali, como na anterior, foi mais uma vez rejeitada no parecer do relator, o deputado Egidio Ferreira Lima. Nem por isso Álvaro desistiu.

Procurou, pessoalmente, cada um dos 63 membros da comissão e viu sua proposta ser aprovada com uma folgada maioria de votos. O deputado Cabral poderia, se quisesse, obstruir o sonho de Álvaro. Disse ontem que não o fará — embora, para evitar que no futuro outros políticos possam se beneficiar da inovação constitucional pretendida por Álvaro, o relator pro-

Brasília — Luciano Andrade



Távora: oposição à reforma

meta fazer constar do seu substitutivo, no capítulo das disposições transitórias, que ela só valerá para os casos hoje existentes.

Ou seja, para o caso de Álvaro.

Reforma sem a UDR

"A direita não quer reforma agrária de jeito nenhum", concluiu ontem à tarde desolado, no 24º andar do Banco do Brasil em Brasília, o deputado Bernardo Cabral. Por "direita" ele entende a UDR de Ronaldo Caiado que, anteontem à noite com o senador Virgílio Távora (PDS-CE) e ontem à tarde com o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB-SP), rejeitou a introdução de qualquer artigo na futura Constituição que determine a imediata imissão na posse em caso de terras desa-



propriadadas para reforma agrária. "A reforma sairá, garanto", disse Cabral.

Reforma com a Justiça

Na reforma agrária do substitutivo de Cabral, o Incra prepara o decreto de desapropriação, o presidente da República assina e o proprietário da área em alvo tem 90 dias para provar à Justiça que ela cumpre a função social a que normalmente se destina. Se convencer a Justiça, o dono da terra ficará com ela. Caso contrário, será indenizado em dinheiro — não em títulos da dívida pública. Se ficar constatado que o Incra agiu de má-fé na confecção do decreto e na escolha da área a ser desapropriada, os dirigentes do órgão ficarão sujeitos a punição.

"A emenda do velho"

"Cadê a emenda do velho?" — indagou ontem à tarde o deputado Cabral entre computadores e toneladas de papel que decoram a sala onde prepara seu substitutivo. O "velho", no caso, é o senador Afonso Arino de Melo Franco, autor da emenda que institui o parlamentarismo como sistema de governo do país. Até amanhã, a emenda sofrerá mudanças a juízo de Cabral e das lideranças do PMDB e do PFL. Confirma o deputado que proporá a vigência do parlamentarismo para só após o encerramento do mandato do presidente Sarney, que Cabral acha que deverá ser de cinco anos.

Viagens proibidas

O deputado Ulysses Guimarães parece ter sido mais bem sucedido onde justamente falhou o presidente Sarney. Não está sendo respeitado o decreto presidencial que determina o confinamento em Brasília nos fins de semana de ministros e funcionários graduados da República. Em compensação, Ulysses está conseguindo manter em Brasília nos fins de semana deputados e senadores diretamente envolvidos na tarefa de negociação do substitutivo de Bernardo Cabral. Ulysses só não tem sido feliz em segurar o próprio Cabral, que vez por outra desaparece da cidade.

Pinga-fogo

■ Do senador Luiz Viana Filho sobre o modelo de parlamentarismo em elaboração na Constituinte: "Sou parlamentarista, mas se sair o que me disseram que sairá, prefiro o presidencialismo".

■ O direito da mulher se aposentar com 30 anos de serviço poderá ser alterado no substitutivo de Cabral, segundo denúncia da deputada Sandra Cavalcante (PFL-RJ). A aposentadoria se daria aos 35 anos como no caso dos homens.

■ Previsão do deputado José Jorge (PMDB-PE): "Ulysses foi o Cristo até agora, alvo de críticas de todo mundo. O novo Cristo, a partir de domingo, será o Bernardo Cabral."

Ricardo Noblat